

Arqueologia política: o confronto entre os discursos descritivo e prescrito

Marcelo Bolshaw GOMES¹

Resumo

Resume-se aqui o pensamento político em dois polos discursivos – descritivo e prescrito – e em camadas históricas sobrepostas: teoria política (Bobbio), filosofia política (Platão e Aristóteles), ciência política (Maquiavel e Rousseau), economia política (Marx), sociologia política (Max Weber), políticas econômicas (Keynes), antropologia política (Foucault e Maffesoli), teoria crítica (Habermas e Giddens), chegando finalmente à comunicação política e ao debate contemporâneo entre democracia ciber-participativa (Pierre Levy) x democracia deliberativa (John Thompson) ou a democracia representativa orquestrada pelos meios de comunicação social.

Palavras-chave: Arqueologia política. Discurso descritivo. Discurso prescritivo.

Introdução: a teoria geral da política

De uma forma geral, pode-se pensar a idéia de ‘Política’ de duas formas. Uma, mais geral, é a “Politics” ou política com ‘p’ maiúsculo, que do ponto de vista da ação social engloba toda e qualquer atividade humana. Exemplo: Aristóteles que dizia todo homem é um ser político, isto é, um ser da polis (cidade). Mas também é possível pensar a política em sua dimensão específica, a “policy” ou a política com ‘p’ minúsculo, que do ponto de vista da ação social representa as atividades voltadas para mudança e/ou manutenção da ordem social. Exemplo: Maquiavel, para quem a política era a arte de conquistar e manter o poder. Seja no sentido lato ou no estrito, a ideia de política teve várias interpretações e foi comparada e distinta de várias outras atividades humanas em diferentes épocas e situações.

No livro *Teoria Geral da Política* (2000b), Norberto Bobbio esboça uma teoria política muito filosófica, oposta e simétrica a uma teoria geral do Direito. Entende-se a Teoria da Política como um sinônimo da disciplina ‘Filosofia Política’ em quatro sentidos diferentes, segundo sua temática principal: a) a república ótima (o estado ideal

¹ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia - PPGEM/UFRN.

ou a utopia social); b) a questão da legitimidade (a quem obedecer); c) a autonomia da política em relação a outras atividades humanas; e d) a epistemologia da linguagem política ou a análise crítica dos discursos políticos.

É claro que existem autores que combinam duas ou mais destas temáticas: Maquiavel postula a “autonomia da política frente à moral - interpretação da máxima “os fins justificam os meios” (BOBBIO, 2002b, p.193) - e aborda a questão da legitimidade, Platão sonha com uma república ótima em que o estatuto discursivo da política seja idêntico ao da ciência. O marxismo contempla o comunismo como utopia, entende a ideologia como legitimação e discute a autonomia do político frente ao econômico. Há várias combinações possíveis, porém esta distinção temática funciona como um “mapa” capaz de esclarecer os conceitos e analisar criticamente as crenças da Filosofia Política.

Por exemplo: quando o discurso político se aproxima do discurso científico, a retórica se torna uma teoria da persuasão e do convencimento; quando a política se aproxima da arte, ela é uma retórica-poética, a “arte do bem dizer”. Os primeiros dizem que o verossímil não pode ser mais importante que o verdadeiro; os últimos afirmam que a verdade quando mal defendida será sempre derrotada pela ignorância do senso comum; e por mais que todos concordem que tanto o ético como o estético se inter-relacionam na arte retórica, não há até hoje uma palavra final sobre quem predomina nesta relação.

A essa dicotomia clássica da retórica política, Bobbio dá um valor universal e a denomina de discurso prescritivo ao aspecto poético da política e discurso descritivo ao seu aspecto científico.

Filosofia política

Aproveitando da distinção entre 'discurso descritivo' e 'discurso prescritivo', proposta por Norberto Bobbio, traça-se aqui um quadro geral do desenvolvimento do pensamento político em camadas históricas: filosofia política, ciência política, economia política, sociologia política, antropologia política e, finalmente, comunicação política.

TABELA 1 – Arqueologia dos discursos por época

ÉPOCA	PRESCRITIVO	DESCRITIVO
ANTIGUIDADE E A FILOSOFIA POLÍTICA	PLATÃO	ARISTÓTELES
IDADE MÉDIA E A TEOLOGIA CRISTÃ	SANTO AGOSTINHO	SÃO TOMAS DE AQUINO
IDADE MODERNA E A CIÊNCIA POLÍTICA	ROUSSEAU	MAQUIAVEL
ERA INDUSTRIAL E A SOCIOLOGIA POLÍTICA	WEBER	MARX
CONTRACULTURA E A ANTROPOLOGIA POLÍTICA	GIDDENS e HABERMAS	FOUCAULT e MAFFESOLI
IDADE DA MÍDIA E COMUNICAÇÃO POLÍTICA	JOHN THOMPSON	PIERRE LEVY

Na Grécia antiga, onde nasceu a atividade política, *A República* (PLATÃO, 2004) e *A Política* (ARISTÓTELES, 2004) já representavam dois pontos de vistas opostos sobre a atividade política: uma visão política prescritiva (que quer mudar o mundo) e uma visão política descritiva (que quer entender seu funcionamento). Para Platão, “não é possível ser justo em uma cidade injusta”. É preciso uma sociedade justa, capaz de produzir homens justos. O Estado aqui se confunde com a Utopia. Já para Aristóteles, “todo homem é um ser político”, ou seja, é essencialmente gregário, pertence a Polis, é ‘naturalmente’ público. Enquanto um imagina que a ideia de utopia pode organizar o mundo sensível das coisas, o outro quer descrever a vida política real, como um jogo de seus interesses, em que as ideias ocupam um lugar secundário.

Na Idade Média, também haverá duas visões polares sobre a política. Santo Agostinho, no livro *A Cidade de Deus* (AGOSTINHO, 1980), retoma a ideia de utopia platônica em uma perspectiva teológica (e política). Porém, ao contrário de Platão que acreditava que apenas uma sociedade perfeita produziria homens perfeitos, Agostinho pensava que, quanto mais perfeita fosse a humanidade, mais próxima ela estaria da sociedade perfeita. Para o criador da doutrina do pecado original, a Cidade de Deus existe paralela à Cidade dos Homens (como as realidades sensível e inteligível de Platão). Ao ser expulso do paraíso, o homem dissociou os dois mundos e o retorno à Nova Jerusalém será a reunificação das cidades. Na verdade, Santo Agostinho colocou a

utopia platônica como um objetivo histórico da humanidade, ideia que se será adotado por muitos pensadores posteriores.

O contraponto aristotélico da Idade Média a este idealismo em que a utopia se sobrepõe à política real pode ser encontrado em São Tomas de Aquino e no pensamento escolástico a partir da virada do milênio, mesmo que de forma implícita e bastante disfarçada na Suma Teológica (AQUINO, 2002) e na literatura religiosa da época.

Ciência Política e Direito

Na Idade Moderna, com aparecimento histórico simultâneo do Estado e do mercado também haverá uma visão mais idealista e outra mais cínica da atividade política. Hobbes e Maquiavel são o lado mais descritivo e explicativo, que prefere enfatizar as relações reais de poder que seu aspecto ideal; enquanto a tendência prescritiva e compreensiva será representada pelo liberalismo, principalmente por Rousseau.

Inicia-se a história da Ciência Política com a distinção entre o direito divino e a soberania do Estado moderno. No entanto, a tese do direito divino é genericamente adotada por diferentes tipos de sociedades, desde da teocracia dos faraós egípcios até a monarquia parlamentar de Cromwell na Inglaterra ou o absolutismo francês do 'rei sol' Luis XIV. Costuma-se acreditar que antes de Hobbes e Maquiavel fundamentarem a legitimidade do poder no medo, não se fazia distinção entre o poder divino e o poder dos homens. Tudo acontecia pela vontade de Deus (ou dos deuses), inclusive os acontecimentos políticos.

Para impedir a guerra de todos contra todos e garantir a paz social, Thomas Hobbes comparava a necessidade de um estado forte e absolutista a um monstro mitológico, *o Leviatã* (HOBBS, 2004). O medo é o fundamento da legitimidade que funda o Estado moderno, ou, pelo menos, a concepção moderna acerca da obediência. A tese de Hobbes da guerra natural de todos contra todos contraria a tradição aristotélica, para quem os homens agem racionalmente impelidos pelos seus interesses e não pelo medo, buscando cooperação voluntária antes de ser forçado a obedecer; um animal gregário, participando espontaneamente de uma comunidade antes de ser coagido a colaborar. Talvez querendo combinar essas duas ideias, Maquiavel (1992) prescreve ao

príncipe o uso simultâneo da astúcia e da força: se utilizar apenas à astúcia será desrespeitado e caso use somente a força será odiado. Mas, ao definir que, em última instância, é melhor ser temido que amado, Maquiavel afirma o primado do poder legitimamente alicerçado na força.

O liberalismo político, por sua vez, vai enfatizar justamente o outro aspecto: a comunidade natural entre os homens, associação voluntária frente à hostilidade da natureza, baseada na família e em suas necessidades gregárias básicas, é anterior ao aparecimento do medo como princípio de organização social. As ideias centrais do liberalismo foram: a autonomia da sociedade civil frente ao Estado (LOCKE, 2004); a divisão do Estado dos três poderes interdependentes (MONTESQUIEU, 2004); e o *Contrato Social* (ROUSSEAU, 2004) ou as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade inatas ou naturais.

Rousseau foi o mais prescritivo de todos pensadores liberais e pode ser considerado em muitos aspectos um contraponto simétrico a Maquiavel no polo descritivo – embora tenha posições contrárias diferentes aos pensadores clássicos sobre os fundamentos do poder. Um fala ao príncipe e ao executivo; o outro, ao legislador e ao parlamento. Um transforma o elemento simbólico em artifício de sedução política; o outro reintroduz a política no encantamento democrático, em que a liberdade é a causa e o objetivo das relações entre os homens.

Pode-se concluir, portanto, que houve uma inversão das perspectivas descritivas e prescritivas da antiguidade clássica para os tempos modernos, principalmente em relação aos dois fundamentos da atividade política: a coerção e a cooperação. Platão é defensor de uma política prescritiva e acredita que o medo e a esperança são os fundamentos da vida social; Maquiavel também, mas em uma ótica descritiva. Aristóteles e Rousseau defendem que o fundamento principal da vida social e da ação política é a cooperação, mas o primeiro o faz de modo descritivo, enquanto o outro entende a política de forma prescritiva. Bobbio é um dos pensadores contemporâneos para quem Maquiavel funda a ciência política, enquanto Rousseau, a ciência do direito, gêmea dialética da política liberal.

TABELA 2 – Fundamento da política x modo discursivo

fundamento da política	Prescritivo	Descritivo
O medo	Platão	Maquiavel
A cooperação	Rousseau	Aristóteles

Na Era industrial, a polaridade entre a descrição cínica da política e a sua prescrição cívica vai reaparecer na forma de duas construções teóricas de amplo alcance: a economia política marxista, encarnando o polo crítico descritivo, e a sociologia política weberiana, representando o polo prescritivo.

Economia Política

Segundo a economia política marxista, o Estado e a política fazem parte da superestrutura social, aspectos subjetivos de um modo de produção, que têm por função básica garantir a exploração econômica e são instrumentos através dos quais a classe dominante mantém a sociedade sobre controle. No entanto, esta concepção deriva das ideias de Hegel em uma perspectiva materialista, mas não aparece explicitamente, de forma claramente definida, em nenhum texto de Marx. Ao contrário, o *18 Brumário de Luis Bonaparte* (MARX, 1968) apresenta a ideia de que o Estado não é um mero reflexo da vida econômica, mas que guarda uma autonomia relativa significativa diante das relações sociais de produção. Neste texto, o Estado desempenha uma função de equilíbrio entre as classes sociais, o bonapartismo, em uma conjuntura histórica em que a burguesia não estava preparada para chegar ao poder e a aristocracia ainda não estava pronta para deixá-lo.

Seja nas versões mais ortodoxas ou nas mais flexíveis, o caráter explicativo e descritivo da economia política marxista polarize com a abordagem idealista e prescritiva da sociologia política weberiana.

Sociologia Política

A sociologia compreensiva de Max Weber é baseada na construção de modelos analógicos (ou tipos ideais) para compreender realidades concretas é uma dessas contribuições. Por exemplo: a comparação histórica de diferentes Estados nos leva a formulação de um Estado Ideal, a partir do qual podemos estudar e entender o Estado atual. Toda sua teoria é formada por tipos ideais. Para Weber, o objeto central da sociologia é a Ação Social, cuja racionalidade pode ser orientada por objetivos e/ou por valores culturais. A partir dessas possibilidades ideais, Weber cunha as noções de *ética da responsabilidade* - aquela que, pragmaticamente, defende a racionalidade do ‘mal menor’ (2004b; p. 112) - e de *ética da convicção*, “um racionalismo cosmo-ético” (p. 116.) que age moralmente segundo suas crenças e valores.

Além de elaborar uma metodologia assumidamente idealista, centrada na idéia de Ação Social, Max Weber se opõe diametralmente a Karl Marx e ao marxismo em relação ao Estado e à revolução, pois enquanto os comunistas pensam o Estado como um instrumento de classe e lutam para extingui-lo gradativamente durante um período de socialismo, Weber acreditava no desenvolvimento democrático do Estado e/ou da burocratização da sociedade moderna, cada vez menos ancorado nas tradições e cada vez mais legítimo pela força das leis e do carisma das personalidades públicas.

Outro aspecto do marxismo muito debatido é a crítica desenvolvida por Max Weber, sobre a predominância da infraestrutura econômica na totalidade social e a necessidade de ter uma visão múltipla dos fatores determinantes das sociedades. Para Weber, a economia só era um fator determinante da sociedade capitalista; outras sociedades teriam outros fatores determinantes (políticos, religiosos, culturais) Assim, por exemplo, as castas indianas não podem ser interpretadas como “classes sociais” porque haveria uma determinação étnico-religiosa e não uma determinação econômica. Weber propõe um poli determinismo estrutural, em oposição ao modelo monocausal do fator econômico da estrutura social, como quer o marxismo.

Política Econômica

Outro passo importante no sentido de entender o desenvolvimento da atividade política, dentro desse quadro histórico-arqueológico de suas formas discursivas, é o

surgimento das ‘políticas econômicas’ e do Estado da Providência. Também chamado de “Estado do Bem Estar Social” (no primeiro mundo) e de “Estado Desenvolvimentista” (na América Latina e nos países do capitalismo periférico), o Estado da Providência se caracteriza pela intervenção do Estado na economia de forma a garantir o pleno emprego através de uma série de medidas: obras públicas, tarifas protecionistas, diminuição das taxas de lucro, subsídios agrícolas, controle do câmbio, etc. Keynes elaborou sua teoria para oferecer uma resposta a grande depressão de 30, uma crise de superprodução e desemprego para qual não parecia haver saída na teoria econômica clássica.

Porém, várias de suas ideias (intervenção direta do estado na economia, planejamento econômico, pleno emprego e distribuição de renda entre os trabalhadores) já faziam parte dos programas econômicos dos países socialistas. A novidade é que Keynes, longe de ser um socialista, entendia essas medidas em um quadro de humanização do capitalismo.

O modelo de Keynes instituiu o controle financeiro dos investimentos, um aumento significativo dos impostos sobre as empresas e defende que o Estado desempenhe um papel de planejador da economia. A adoção de bancos centrais para controle dos bancos comerciais, a criação de bancos de investimentos e o gerenciamento orçamentário dos déficits públicos, resultantes de estados que gastam mais do que arrecadam, passaram a ser adotados por todos os países capitalistas. (DILLARD, 1993).

O nome de “Estado de Bem-Estar Social, da Providência”, vem não somente da ideia do pleno emprego/distribuição de renda, mas também das várias medidas sociais (o aparecimento das previdências sociais públicas, o salário desemprego, a ênfase do atendimento de saúde e educação para as camadas mais pobres da população) que este modelo preconizava tanto em sua versão social-democrata europeia, como em sua versão ‘desenvolvimentista’ voltada para industrialização, urbanização e modernização dos países periféricos. No Brasil e na Argentina, o Estado do Bem Estar chegou ainda através do populismo de líderes carismáticos como Vargas, Peron e JK.

Para o pensamento neoliberal, o Estado da Providência faz caridade com o chapéu alheio (das empresas) e sua intervenção indevida na vida privada e nas empresas atrapalha o funcionamento ótimo do mercado capitalista. Haydek (1983), por exemplo, a partir da noção de liberdade e do retorno a ideia do *lass-faire* de Adam Smith, prega a desregulamentação trabalhista, o livre comércio e o ‘Estado Mínimo’. Para ele, a

intervenção estatal promove a falta de competição entre as empresas gerando produtos caros e de baixa qualidade, a diminuição dos lucros e dos investimentos diretos na produção com o conseqüente sucateamento tecnológico do setor privado, e ainda o protecionismo alfandegário inibindo o comércio internacional.

E esta nova situação econômica provoca a falência do modelo de Estado da Providência, abrindo espaço para novas formulações políticas, também contrárias à centralidade social do Estado, mas (ao contrário do neoliberalismo) conscientes da necessidade de uma ampla reforma social e da construção de uma sociedade menos violenta.

Com o movimento contracultural de 1968, o eixo da luta política (e a discussão sobre a legitimidade da autoridade) se desloca do Estado central para dentro das instituições civis (a escola, o hospital, a fábrica).

Antropologia política

A antropologia política se inicia nos anos 40, com o estudo das sociedades ditas primitivas, “sem Estado” ou “sem história” (Firth, Leach, Gluckman e Balandier – para citar os mais famosos) e acaba, nos fim dos anos 60, por se prestar também ao estudo das práticas políticas nas sociedades complexas atuais, dentro deste novo paradigma do poder microfísico, ‘privado’ e descentralizado, principalmente com *A sociedade contra o Estado* (CLASTRES, 1978) e, principalmente com Michel Foucault e Michel Maffesoli.

Foucault é o principal teórico desse anarquismo pós-moderno da contracultura, derrubando uma série de teses tradicionais da sociologia. O poder foucaultiano não é ‘propriedade’ de uma classe que o teria conquistado, mas um conjunto de estratégias materializadas em práticas, técnicas e disciplinas diversas e dispersas. Foucault também contesta a tese de que o Estado funciona como centro de organização social, vendo o poder disperso em uma multiplicidade de disciplinas e de manobras táticas: “o poder não nem global nem local, não está em lugar nenhum, mas infinitesimalmente difuso no espaço”. De forma que, o poder também não está subordinado a um modo de produção ou a uma infraestrutura econômica. O poder é então diretamente ‘produção’, é imanente à produção social e não comporta nenhum tipo de unificação transcendente ou centralização globalizante. Assim, também é falsa a formulação de acordo com o qual, o

poder agiria ora por coerção, ora por consenso. Para Foucault, o poder produz a verdade antes de mascará-la na ideologia; o poder produz a realidade antes de forçar o seu enquadramento através da violência.

Em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1987), o advento da instituição carcerária e do direito penal nos últimos 300 anos na sociedade ocidental é o pano de fundo para de construção de uma analítica do poder. Já em *A Vontade de Saber* (FOUCAULT, 1988), Foucault vai estudar a passagem das sociedades de soberania (em que o poder se fundava na ameaça de morte e na punição exemplar) para sociedade disciplinar das instituições de confinamento (o presídio, a fábrica, a escola, o exército, o hospital).

Já a antropologia política de Maffesoli compreende a pós-modernidade, a cultura emergente da contracultura, como um encontro entre o arcaico e o novo, como uma nova relação social diferente entre imaginário e cotidiano – categorias que por ele reinventadas. Ao invés de uma sociedade hiper-individualista, ele acredita que estamos voltando ao tribalismo nômade. Sempre dando mais ênfase ao vivido do que ao representado, Maffesoli, no entanto, desqualifica a política, que considera incapaz de solucionar os problemas atuais. Enquanto Foucault e Maffesoli são extremamente descritivos, Habermas e Giddens (e em alguns aspectos, Bordieu) ocupam o polo prescritivo na pós-modernidade.

Estudos Culturais

Habermas (1988) pode ser colocado no pólo oposto ao de Foucault devido a terem posições simétricas sobre relação entre poder e visibilidade. Para Foucault, o poder é invisível e silencioso e a linguagem é uma duplicação através da qual vislumbramos a correlação de forças externas; para Habermas, há ampliação da esfera pública pelos meios de comunicação, produzindo um regime de hiper visibilidade. Para Foucault, um vê a todos (o modelo do *Panóptico*²); para Habermas, todos veem um (o modelo da Opinião Pública) – e os dois têm parte da razão sobre o poder.

Já em oposição ao retorno ao tribalismo nômade de Maffesoli, está ontologia social de Anthony Giddens. Três temas são essenciais ao pensamento de Giddens: a teoria da estruturação, a reflexibilidade produzindo risco e a política de terceira via.

Vejam rapidamente cada um desses temas.

² Dispositivo do poder onividente e invisível (em que o rei imitava Deus) e uma estrutura arquitetônica de controle carcerário em que “quem vê não é visto e quem não vê é visto”.

Para Giddens, não existe uma estrutura social fixa e permanente como pensava o estruturalismo e o funcionalismo, ela é processual e histórica. Não há uma única estrutura social, mas sim um processo de estruturação em que as relações sociais não são rígidas, mas sim dinâmicas no tempo e no espaço, posto que são práticas recursivas. Aliás, a flexibilidade, neste contexto, seria ‘uma recursividade indireta’.

Em seus primeiros trabalhos (GIDDENS, 1991) a noção de ‘flexibilidade’ seria uma propriedade estrutural, mas depois – principalmente após seu encontro intelectual com Ulrich Beck e a noção de sociedade de risco (BECK, 1997) – ela passou a desempenhar um papel central nas ideias de Giddens. ‘Flexibilidade’ é a capacidade de retroalimentação realidade cultural e a vida social. Para pensar o conceito de flexibilidade, Giddens realiza um contraponto entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas. A vida social tradicional era voltada para o passado, para repetição de ciclos históricos; a modernidade inicia uma nova concepção de tempo-espaço em que a flexibilidade é voltada para o presente e para o futuro. Assim, apesar da modernidade ser mais aberta ao conhecimento, ela também gera inseguranças pela pluralidade de opções que detém. E essa falta de certeza e de segurança, por sua vez, aumenta ainda mais a flexibilidade, isto é, a simulação de situações de risco.

“O risco é a dinâmica mobilizadora das sociedades propensas à mudança, que desejam determinar o próprio futuro em vez de confiá-lo (...) à tradição”. (GIDDENS, 2003, p. 34)

Com a proposta de uma **Política de Terceira Via** (2001), Giddens elabora uma resposta ao impasse entre a social-democracia tradicional (e o estado do bem-estar social) e o neoliberalismo (e o estado mínimo) com a ampliação do papel desempenhado pela Sociedade Civil. Nem a auto-regulação selvagem dos mercados, nem o Estado inoperante e falido pelo déficit público; apenas democratização social da democracia política pode mediar o conflito entre os interesses econômicos e políticos. Dentro desses parâmetros, a política de terceira via defende oportunidades iguais, responsabilidade pessoal e mobilizações constantes dos cidadãos e das comunidades, dando atenção especial à família (a entrada das mulheres no mercado de trabalho) e ao aumento da criminalidade.

Ao contrário do tribalismo de Maffesoli, Giddens acredita que a modernidade não terminou. Estamos apenas em um segundo estágio, caracterizado por uma flexibilidade exacerbada pelo risco, que tem como principal produto o hiper-

individualismo. Tanto a ontologia social de Giddens como a sua política de terceira via tem o foco no indivíduo como ator social.

No entanto, há uma estranha semelhança entre Foucault, Maffesoli e Giddens. É que, talvez por ser um objeto muito óbvio e eles desejem ressaltar outros aspectos, ambos ignoram solenemente o papel dos meios de comunicação na esfera política. Apenas Habermas observa que esse papel se tornou claramente preponderante nos últimos 30 anos (e mesmo assim, ele o faz entendendo a mídia como forma de manipular a intersubjetividade democrática entre indivíduos).

Idade da mídia

No final dos anos 60, com a globalização irreversível da economia e das culturas, um novo ciclo histórico teve início no qual o regime de simultaneidade e visibilidade produzido pelos meios de comunicação passou a ocupar um lugar central. Vários autores do campo da comunicação social – os tanto pioneiros como Walter Benjamin (1980), Marshall McLuhan (1964), Joshua Meyrowitz (1984); quanto os contemporâneos como Pierre Levy (1993), Régis Debray (1993), Derrick De Kerckhove (1997) – advogam que o regime de simultaneidade da mídia altera a percepção de espaço/tempo social e representa um retorno ao tempo circular anterior à escrita e à memória histórica resultante de um novo regime audiovisual. Antes da escrita a cognição era expressiva e funcionava a partir do lado direito do cérebro; com a escrita, surgiu a representação e passamos a também desenvolver o lado esquerdo; e com a linguagem audiovisual entramos em um novo patamar de desenvolvimento cognitivo.

A simultaneidade-histórica produzida pelos meios de comunicação é bastante diferente da simultaneidade arcaica das culturas orais e seus mitos. A escrita (a memória social objetiva que distancia a fala do emissor do contexto do receptor) marca não somente o surgimento da própria ideia de história contínua, mas a formação de um espírito científico e da imagem objetiva e externa que a sociedade ocidental faz de si mesma. No paradigma da oralidade e do tempo cíclico, emissor e receptor partilhavam de um único contexto no modelo de interação *'um-um'*. Tudo era instantâneo, imediato e efêmero. Com a escrita, o contexto do emissor dissociou-se do contexto dos receptores, gerando o paradigma histórico e o modelo de interação *'um-muito'*, fazendo

as mensagens se perpetuar no tempo/espço e possibilitando uma representação objetiva.

E agora, com o advento das mídias audiovisuais estamos entrando em um terceiro paradigma e no modelo de interação '*muitos-muitos*', que reunifica os contextos de emissão e recepção em um novo momento cultural que combina o paradigma histórico da escrita com a percepção da simultaneidade do universo. Para esses autores, que em outro momento chamei de *midiológicos*, a interatividade e segmentação da audiência (e a convergência de todas as mídias através da Internet) estão promovendo uma verdadeira revolução sociocognitiva.

Pierre Levy (1993) deve ser considerado um dos principais teóricos desta nova cultura virtual. Para ele, a cultura não é apenas uma memória dos acontecimentos passados, mas também um projeto permanente de auto-organização para o futuro; não apenas um conjunto de marcas e registros, mas, sobretudo, um sonho coletivo irreduzível ao desencanto científico, a próxima etapa possível de evolução da vida na sociedade humana planetária: a tecnodemocracia ou ecologia cognitiva. Segundo Levy, ecologia e solidariedade passam muito mais por um redimensionamento das desigualdades cognitivas que de uma redistribuição material das riquezas ou de uma reorganização das relações de força.

Sua reflexão pretende englobar a imagem, a escrita e a codificação elétrica da linguagem em três 'pólos tecnológicos da inteligência': a Oralidade, a Escritura e a Telemática. Os polos não são etapas cronológicas, mas sim modelos que se sobrepõem uns aos outros.

Kerckhove (1997) utiliza os termos 'contexto', 'texto' e 'hipertexto' para definir essas mesmas instâncias. Na oralidade/imagem, emissor e receptor partilham um contexto único: o modelo de integração 'um-um'. Com o texto, a recepção passa ter múltiplos contextos no espaço/tempo, constituindo um modelo de integração 'um-muitos'. Já o hipertexto segue o modelo 'muitos-muitos', em que todos são emissores e receptores. Nessas concepções, o hipertexto audiovisual, em que os receptores (a percepção) despertam da passividade para construção interativa de um referente, leva a uma nova forma de democracia, substituindo a unidirecionalidade da mídia e das instituições sociais.

Sociologia da mídia

Mas, há também pensadores que, mesmo admitindo mudanças estruturais de hipervisibilidade e de tempo simultâneo produzidas pela mídia na cultura atual, também levam em consideração outros fatores sociais.

Thompson coloca as mudanças sociais provocadas pelo ‘efeito da mídia’ dentro de uma teoria social mais ampla, em que as ações intencionais são levadas a cabo dentro de contextos sociais estruturados. Distingue quatro tipos de poder segundo os recursos que utilize e a instituição que o exerça frente à sociedade (THOMPSON, 1998, p. 25): o poder econômico, formado institucionalmente por empresas, fábricas, lojas, voltadas para administração de recursos materiais e financeiros; o poder político formado por parlamentos, governos e outras formas de autoridade; o poder coercitivo formado pelo exército, polícias, prisões, pela organização da violência; e o poder simbólico, formado pelas instituições culturais da Escola, Igreja, Mídia. Assim, a organização institucional do tempo pela mídia corresponde à apenas uma parte da produção social do simbólico. As escolas, igrejas, comunidades e outras instituições culturais também organizam o tempo social – isto é contam a história da sociedade e do mundo que estão inseridas.

A tese central de Thompson é que o desenvolvimento das redes de comunicação e informação, entrelaçadas com outras formas de poder – econômico, político e militar – transformou a organização do tempo e do espaço na vida social e modificou as formas de interação co-presenciais, instaurando formas de ação à distância em um regime de interações mediadas, desenraizado de um único contexto local. As novas formas de interação social alteram a compreensão do lugar e da autoridade local, do passado e da tradição cultural, e da própria identidade individual e coletiva dos atores sociais.

Em **Ideologia e Cultura Moderna**, Thompson aborda a questão da teoria liberal sobre a imprensa livre – o “quarto poder”, *situando estruturalmente a mídia entre o Estado e o Mercado* e postulando a separação do poder estatal e o princípio do pluralismo regulado dos meios de comunicação para que eles, por outro lado, não atendam aos interesses do mercado (THOMPSON, 1995, p. 337).

Em **Mídia e Modernidade** (1998), Thompson aprofunda mais a questão, abordando-a agora do ponto de vista normativo e menos analítico, com a proposta de uma “democracia deliberativa”, em que os interesses privados e comerciais das empresas de comunicação são limitados pela concessão pública do serviço pelo Estado e

o caráter múltiplo e aberto dos meios de comunicação dá transparência completa ao poder e impede a manipulação política. A proposta de democracia deliberativa consiste no fortalecimento da mídia em relação ao mercado e em relação ao Estado. Seria uma reforma institucional e uma ampliação do atual modelo de democracia representativa.

Pode-se contrastar a proposta da *democracia deliberativa* (ou reforma midiática da democracia representativa) de Thompson, em que o modelo dominante é a interação mediada não-recíproca à distância, com a idéia de *Tecnodemocracia* (ou do retorno a democracia participativa), elaborada por Pierre Levy, em que a interação social dominante é a rede. A principal diferença entre as propostas de Thompson e Levy é a questão da legitimidade dos mecanismos de representação do poder na cultura atual. Thompson acredita na racionalização dos interesses sociais através de uma mídia democrática; Levy deseja, a partir do controle social através da informação, reorganizar as relações sociais em uma nova organização do tempo social e um novo regime visual de simultaneidade. Thompson não desconhece a idéia de que a Internet permite uma interação múltipla face-a-face, mas não vê este modelo como estruturante das relações sociais e considera o retorno a democracia participativa uma ilusão 'plesbicitária'.

Ambas as propostas, apenas atualizam o debate entre os polos prescritivo e descritivo. A simultaneidade midiática é uma nova forma de interação, que não só manipula os fatos que transmite, nem substitui completamente outras instituições; mas seleciona, enquadra e centraliza os acontecimentos, interpretando-os para o público. A imagem cultural da sociedade produzida pela mídia enquadra os fatos. É claro, que isto não esgota o assunto, nem do papel manipulador da mídia na democracia, nem muito menos da possibilidade utópica de auto-organização da sociedade civil frente ao Estado através dos meios de comunicação, mas nos coloca algumas questões.

A arqueologia dos discursos descritivos e prescritivos nos revela um mapa das éticas e das ideias políticas. É claro que o discurso político sempre reflete uma determinada prática política, mas também é verdade que os discursos políticos contextualizam e formatam as práticas que representam. Hobbes e Maquiavel não criaram a modernidade ou o estado laico. Eles teorizaram sobre discursos e práticas políticas de sua época. Porém, ao fundamentarem a política no medo e na mentira, eles legitimaram essa interpretação da prática política.

TABELA 4 – Arqueologia dos discursos x saber específico sobre a política

	DESCRITIVO	PRESCRITIVO
FILOSOFIA POLÍTICA	ARISTÓTELES A cidade democrática - O homem é um ser gregário, que obedece em função de seus interesses	PLATÃO A república ótima, a Utopia - uma sociedade perfeita em que haja justiça para todos e para cada um.
CIÊNCIA POLÍTICA	MAQUIAVEL Amor x Medo – o poder age ora por afeto, ora por violência	ROUSSEAU O Direito (Igualdade, Liberdade, Fraternidade) e o Contrato Social – as necessidades frente à natureza formaram a sociedade.
SOCIOLOGIA POLÍTICA	MARX A economia política – a infraestrutura material determina a cultura e política	WEBER O Estado e a Cultura tem autonomia em relação à economia, podendo também, em alguns casos, condicioná-la.
ANTROPOLOGIA POLÍTICA	FOUCAULT e MAFFESOLI O poder não está centralizado no Estado, mas disperso nas relações sociais	GIDDENS e HABERMAS Teoria Crítica Aplicada – pensadores que elaboram teorias para compreensão e reforma da modernidade
COMUNICAÇÃO POLÍTICA	PIERRE LEVY Ciber democracia direta e participativa	JOHN THOMPSON Democracia deliberativa (Mercado, Estado e Comunicação)

Certamente, uma arqueologia completa das ideias políticas deveria ser mais polifônica e múltipla, não reduzindo autores tão complexos a posições antagônicas com tanta facilidade. Por outro lado, é esse artifício metodológico de ‘bipolarização’ que nos permite, a partir dos focos descritivo e prescritivo, entender o diálogo histórico em seu movimento espiral. Na Antiguidade, o debate sobre a política se deu no campo da filosofia (ou do bem viver); na Idade Média, no campo da teologia (e das crenças

religiosas); na Idade Moderna, no campo da ciência e do direito; e na Idade Contemporânea, no campo do marxismo e da sociologia. Na atualidade, o anarquismo antropológico de Foucault e Maffesoli encarna o polo descritivo, enquanto Habermas e Giddens, no polo prescritivo, elaboram teorias voltadas para reforma da sociedade. Agora o idealismo é super descritivo e a postura realista, hiper prescritiva – ao contrário da situação inicial proposta pelas oposições antigas. Por que será que os discursos prescritivos passaram a ser mais realistas, enquanto os discursos descritivos se tornaram mais idealistas?

Conclusão: nuances arqueológicas

Richard Bernstein define a prática política como simultaneamente luta, jogo e debate. Na luta, o objetivo é a destruição do inimigo; no jogo, a vitória sobre o adversário, segundo um conjunto de regras; no debate, o convencimento - e, portanto, a adesão do interlocutor e do público. Adicione-se um quarto aspecto: o espetáculo (MIGUEL, 2000, p. 60-61).

TABELA 5 – Aspectos da prática político

	Atores	Campo
Objetivo	Luta	Debate
Subjetivo	Jogo	Espetáculo

Estas quatro características surgem nos discursos políticos de todos os tempos, mas, no discurso político atual há uma característica específica: o público ou audiência deixou de ser presencial e foi ampliado no tempo e no espaço pelos meios de comunicação – o que levou a uma aparente fusão do debate com o espetáculo e da luta com o jogo político. Fusão aparente porque a luta permanece viva por detrás do jogo e porque o debate continua dentro do espetáculo. O regime de hiper visibilidade tornou a luta e o debate invisíveis, mas não os extinguiu. Assim, houve uma maior valorização dos aspectos subjetivos (o jogo e o espetáculo) em relação aos seus aspectos objetivos (a política como luta das forças e como debate racional). O debate e o espetáculo se

aproximam porque dependem de uma audiência não presencial, que aprova ou rejeita as ações dos atores; enquanto a luta e o jogo enfatizam a relação entre os adversários independente do público. Há uma luta que se desenvolve através do poder econômico e do uso da máquina governamental, há um jogo em que os atores políticos devem demonstrar sua capacidade em diversos itens, há um debate de ideias propostas para soluções dos problemas sociais e, finalmente, há uma apresentação teatral na mídia.

E estas distinções nos fornecem um mapa precioso para entender o quadro histórico arqueológico das ideias políticas aqui descritas. Platão opunha a política luta à política debate, Aristóteles preferia contrapor a luta ao jogo. Transversalmente aos clássicos, Maquiavel combinava a política luta à política espetáculo; enquanto Rousseau, seu oposto simétrico, combinava a política debate à política jogo. Marx, adotando o modelo de Maquiavel e assimilaram o polo rousсенiano – transformando a legitimidade em legitimação, enquanto Weber fez o mesmo em uma perspectiva contrária, compreendendo o uso da força e da cultura dentro de um quadro de referências institucionais.

As principais formas discursivas do pós-guerra, a social-democracia e o discurso neoliberal, são, na verdade, ‘substituições enganosas’ em relação à polaridade anterior: no polo prescritivo, o reformismo de Keynes ocupa o lugar do idealismo de Weber; e, no polo descritivo, o cinismo de direita substitui o realismo de esquerda. Embora haja uma aparente homogeneidade entre os discursos da era industrial e do pós-guerra, há uma mudança dos discursos em relação a poder, que perdem sua característica crítica e passam a se preocupar em administrar a situação política da melhor forma.

Com a contracultura, no entanto, a política espetáculo chega ao primeiro plano e as formas discursivas prescritivas e descritivas se modificam. Nesse contexto, a política luta tornou-se invisível. Ela nunca foi discursiva e está pouco a pouco sendo constringida a obedecer à lógica das políticas discursivas. O diálogo entre formas discursivas prescritivas e descritivas, portanto, deve ser compreendido como um processo subjetivação, ou mesmo de sujeição da política à linguagem, em que a política espetáculo, cumpre um papel fundamental na crítica das relações de poder.

O polo prescritivo (Habermas-Giddens) confunde a racionalidade dos objetivos da luta com a racionalidade do debate (contrapondo a força ao discurso e ignorando a diferença entre o debate e o espetáculo). E o polo descritivo (Foucault-Maffesoli) tende à anulação do sujeito (da autorreferência do observador), não distinguindo o aspecto

lúdico (o risco do jogo) do teatral (o desempenho da interpretação) da política. Mas, a visibilidade do debate político e do espetáculo político apenas escondem a luta política e o jogo político. A diferença entre a retórica do discurso político clássico e a gramática imposta pelos meios de comunicação atuais é que os aspectos subjetivos do discurso político – o jogo e o espetáculo, antes tidos como idealistas, passaram a desempenhar um papel cada vez importante diante da correlação de forças e dos argumentos.

A discussão atual entre democracia ciber-participativa de Levy e democracia midio-representativa de Thompson espelha, à luz desses conceitos, que ambos concordam com a subjetivação da política no espetáculo da mídia em detrimento da luta política baseada na correlação das forças, mas enquanto o pensador da cibercultura opta pelo aspecto lúdico da política, o sociólogo se decide pela política debate. Levy segue a mesma ética idealista descritiva de Foucault e Maffesoli, enquanto Thompson se orienta mais pelo realismo prescritivo de Giddens (de quem foi aluno) e Habermas.

Referências

- AGOSTINHO, Santo. **A cidade de deus**, Tradução: Oscar Paes Leme. Editora Vozes: Petrópolis, 1990.
- ARISTÓTALES, **A política**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.
- BECK, Ulrich; LASH, Scott; GIDENS, Anthony. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. RJ, Francisco Alves, 1978.
- DILLARD, Dudley. **A teoria econômica de Jonh Maynard Keynes**. Teoria de uma economia monetária. São Paulo: Pioneira, 1993.
- DEBRAY, Regis. **Vida e morte da imagem – um olhar sobre o ocidente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____. **A história da sexualidade I, II e III (A Vontade de Saber, O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 1984 e 1985.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1984.

HAYDEK, F. **Os fundamentos da Liberdade**. Brasília: Editora UNB, 1983.

HOBBS, Thomas. **O leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2004 .

KERCKHOVE, D. **A pele da cultura**. Lisboa: Relógio d'água Editores, 1997.

LEVY, P. **Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LOCKE, John. **O segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva**. Porto Alegre, Sulina, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX & ENGELS. **O 18 brumário de Luis Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e discurso político - uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994**. (Tese de Doutorado em Ciências Políticas) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), SP, 2000.

MONTESQUIEU, **Do espírito das leis**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MORUS, Tomás. **A utopia**. Porto Alegre, L&PM, 1997.

PLATÃO, **A república**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004a.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2004b.